

MEMÓRIA FAZENDÁRIA: A DOCUMENTAÇÃO DA JUNTA DA FAZENDA DA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

Evaldo de Assis

Núcleo de Documentação
Universidade Federal do Mato Grosso
78000 Cuiabá, MT

Descreve o trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Núcleo de Documentação e Informação Regional Histórica da Universidade Federal de Mato Grosso, no sentido de recuperar a informação sobre Mato Grosso, através da organização da documentação fazendária, sob a guarda da referida instituição.

1. INTRODUÇÃO

O Núcleo de Documentação Histórica e Informação Regional (NDHIR), órgão subordinado à Coordenação e Cultura da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso (FUFMT), criado em 1976 pela Resolução CD-66/76, tem como objetivo a recuperação e preservação da memória histórico-cultural do Centro-Oeste.

É dentro dos seus princípios, norteadores da política de preservação documental, que se justifica ser o NDHIR o órgão que tem sob sua guarda a documentação fazendária proveniente do acervo que existia nos porões da Delegacia do Ministério da Fazenda em Cuiabá.

O Núcleo de Documentação, tomando conhecimento da existência de documentos nos porões da Delegacia, acionou a administração superior da Universidade Federal de Mato Grosso, no sentido de que esta instituição tomasse medidas junto ao Ministério da Fazenda para que se pudesse salvar a documentação que estava sendo destruída pelos fungos, sem condições ambientais para a sua preservação.

O Ministério da Fazenda, acatando a proposta apresentada pela FUFMT, autorizou a transferência do acervo documental existente nos porões da Delegacia para o Campus Universitário e, em dezembro de 1977, o Conselho Diretor da FUFMT, através da Resolução nº CD-76/77, autorizou a Universidade a firmar um ajuste com o Departamento de Administração do Ministério da Fazenda, para recuperar e restaurar a documentação fazendária.

Memória Fazendária: A Documentação...

O ajuste celebrado, em sua cláusula primeira, estabelece o objetivo "...re-cuperação, restauração, arranjo, levantamento, inventário, catalogação, mi-crofilmagem e arquivamento da documentação histórica existente na Delegacia do Ministério da Fazenda em Mato Grosso..." (FUNDAÇÃO Universidade Federal de Mato Grosso, 1968, p. 1).

Em 1976, a equipe pioneira do NDHIR teve o contato inicial com o acervo documental, arranjando-o provisoriamente e estabelecendo variáveis para o trabalho futuro.

O acervo, que faz parte do **Arquivo do Ministério da Fazenda**, é caracterizado por possuir documentos gerados no período de 1746 a 1972, diversificado em conteúdo e espécie, como códices, boletins, ofícios, autos, guias, recibos, requerimentos, folhas de pagamento e outros, documentação esta que diz respeito à história política, administrativa, econômica e ao contexto social em que se insere Mato Grosso.

Inicialmente, foi pensado que em 1980 estaria arranjada e microfilmada toda a documentação. Porém, as surpresas apresentadas, como diversidade do acervo, bem como extensão (270 metros lineares) e outros fatores extrínsecos contribuíram para o retardamento do prazo previsto, sendo que somente 1/3 do acervo está arranjado dentro dos padrões arquivísticos.

Entre essa documentação já arranjada está o acervo que constitui o fundo **Junta de Arrecadação e Administração da Fazenda Pública**, em Mato Grosso.

Constitui objeto deste trabalho apresentar algumas características e a metodologia usada para a recuperação da memória fazendária, a partir da documentação da Junta de Arrecadação.

2. A JUNTA DE ARRECADAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA

Entre 1760 e 1770, algumas provedorias da Real Fazenda foram substituídas pelo novo órgão fazendário, denominado de Junta de Arrecadação e Administração da Fazenda Pública.

Na Capitania de Mato Grosso, a Provedoria da Real Fazenda teve vida mais longa, indo até novembro de 1809, quando D. João VI, através da Carta Régia de 20-11-1809, criou a Junta de Arrecadação e Administração da Fazenda Pública de Mato Grosso, subordinada ao Erário Régio, criado no Rio de Janeiro, resultante de uma nova estrutura político-administrativa estabelecida no Brasil com a vinda da Família Real, em 1808.

A Junta de Arrecadação tinha como base estrutural o tribunal, composto pelo presidente da Província e 4 deputados escolhidos entre as pessoas que já faziam parte do quadro burocrático local.

Ainda fazia parte da estrutura organizacional da Junta a Tesouraria Geral e a Contadoria, e a esta estava subordinada a Administração do Correio, as Provedo-

IVALDO DE ASSIS

rias de Vila Bela da Santíssima Trindade e de Vila de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino, a Intendência dos Reais Armazéns, e a esta subordinavam-se os Registros de Fronteiras ou Alfândegas de Portos Secos; a Intendência do Ouro e Casas de Fundição e a Junta de Diamantes e Melhoramentos de Mine-rais.

A Junta de Arrecadação funcionou de 1810 até fevereiro de 1834, quando foi extinta em razão da criação do Tribunal do Tesouro Público Nacional. Nas províncias, as Tesourarias substituíram as Juntas.

O acervo da Junta de Arrecadação na Província de Mato Grosso, em termos quantitativos, é representado por 7 metros lineares. A documentação é composta de códices (livros manuscritos) e documentos em unidades, gerados pelos órgãos fazendários ou enviadas para a Junta de Arrecadação, constituindo o Fundo **Junta de Arrecadação e Administração da Fazenda Pública**.

3. METODOLOGIA

Visando recuperar a memória fazendária, através do arranjo da documentação e de elaboração de instrumentos de pesquisa, foi criada uma metodologia **baseada** na especificidade da massa documental que faz parte do Fundo Junta de Arrecadação e Administração da Fazenda Pública.

Estabelecido o Fundo como conjunto de documentos provenientes da unidade administrativa, partiu-se para outras etapas do trabalho, como: separação de documentos, pesquisa bibliográfica, determinação das séries e subséries e elaboração de inventário.

A primeira etapa consistiu em separar os documentos por espécie, conteúdo e localidade, anotando o ano, local e as datas-limite, formando dossiês, e quando os dados acima não eram suficientes para a identificação do documento ou dossiê, era feita uma descrição sucinta.

Nessa primeira etapa do trabalho de separação encontraram-se dificuldades em identificar determinados documentos, sendo necessário criar alguns instrumentos auxiliares, como:

- a) listagem onomástica de capitães - gerais e presidentes da Província, no período em que funcionou a Junta;
- b) listagem onomástica de outras pessoas que tiveram cargos importantes no período em arranjo;
- c) listagem de identificações de rubricas.

Com os referidos instrumentos foi facilitada a identificação dos documentos.

Complementou-se a pesquisa bibliográfica para subsidiar as determinações de séries e subséries, através de:

- a) leituras de obras sobre a administração colonial e a administração político-administrativa de Mato Grosso, no período de 1808 a 1834;

Memória Fazendária: A Documentação...

- b) leitura da legislação fazendária, levantando-se um índice de leis concernentes a Mato Grosso;
- c) elaboração de listagens de órgãos criados em Mato Grosso, nas administrações do período de 1808 a 1834, e sua subordinação ou não ao órgão fazendário.

Para a determinação das séries e subséries foram adotados três critérios:

- a) órgãos fazendários;
- b) órgãos não fazendários;
- c) séries temáticas.

Para os órgãos fazendários foram consideradas séries e subséries as divisões e/ou sua subordinação à administração da Junta.

Os órgãos não fazendários são aqueles que não fazem parte do organograma da Junta, porém alimentaram o Fundo com documentos gerados, cujo teor diz respeito à esfera fazendária. Esses órgãos constituem as séries.

As séries temáticas são constituídas de documentos que, pelas informações contidas, foram insuficientes para identificar seu órgão gerador.

Estabelecidas as séries, voltou-se aos dossiês e aos códices, identificando-os dentro das séries e, às vezes, voltando ao próprio documento, como foi o caso dos ofícios, cartas e requerimentos.

a última etapa do projeto foi a elaboração de um inventário, como instrumento de pesquisa mais imediato para a recuperação da memória fazendária.

O inventário do Fundo Junta de Arrecadação e Administração da Fazenda Pública registra toda a massa documental que faz parte do referido fundo, com elementos que identifiquem um código ou um dossiê.

Na elaboração do inventário foram consideradas as séries e subséries, respeitando-se também a cronologia e a ordem alfabética de assuntos.

Nas subséries encontram-se as anotações de conteúdos, as datas-limite e o número de documentos ou códices.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o arranjo da documentação foi necessário que a equipe fosse treinada, recebendo algumas noções de técnicas de arquivo e de história político-administrativo do Brasil e regional.

Os conhecimentos de técnicas bibliotecárias, arquivísticas e da história político-administrativa local possibilitaram atingir o objetivo proposto, que era o de recuperar a memória fazendária, neste caso trabalhando com um fundo específico.

Comunicação recebida em 2.06.86

Abstract:

The Documentation of Junta da Fazenda of the Province of Mato Grosso

Describes the work developed by the Documentation Nucleus and of the Historical Regional Information Centre of the Federal University of Mato Grosso in retrieving the docu-

IVALDO DE ASSIS

mentation of the archive of the Ministry of Finances - earlier Junta da Fazenda of the Province of Mato Grosso.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Ministério da Fazenda. **Técnicas de tratamento da documentação estatística do Ministério**: Ciclo de palestras. Brasília, Divisão da Documentação, 1981. 92p.
2. CORRÊA FILHO, V. A. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro, INL. 1969.
3. FUNDAÇÃO Universidade Federal de Mato Grosso. **Ajuste**. Cuiabá, 1968. 2p.